

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar.

Período de Análise: 01/11/2016 a 30/11/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Bônus beneficia agricultores familiares de diversos estados. Site da CONAB, 09/11/2016.	3
FETRAF de Pernambuco define metas para fortalecer agricultura familiar em 2017. Patrícia Cost. Site da FETRAF, 09/11/2016.....	3
Programa Cisternas entrega 54 mil tecnologias de acesso à água para famílias do Semiárido. Site do MDSA, 14/11/2016.....	4
Mais um desafio para a agroindústria da agricultura familiar. Site da CONTAG, 24/11/2016.	6
Aporte de recursos fortalece PGPM-Bio. Site da CONAB, 25/11/2016.....	7
Pronaf completa 20 anos com baixa inadimplência. Suzana Liskauskas. Valor Econômico, 28/11/2016.....	8

Bônus beneficia agricultores familiares de diversos estados. Site da CONAB, 09/11/2016.

Dez produtos agrícolas contarão, este mês, com bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), por terem registrado preços de mercado inferiores ao preço de garantia no mês de outubro, em vários estados. Têm direito ao benefício produtores de babaçu (amêndoa), borracha natural, cacau (amêndoa), cará/inhame, além de cebola, leite, manga, sorgo, trigo e triticale.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calcula, mensalmente, os preços de mercado e o bônus com base nos preços médios do mês anterior nas principais praças de comercialização desses produtos. A diferença percentual entre os dois valores é revertida em desconto na parcela mensal dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entre 10 de novembro a 9 de dezembro, o babaçu, por exemplo, terá bônus em cinco estados: Pará (61,67%), Tocantins, (58,54%), Ceará, de (69,29%), Maranhão, (51,57%), Piauí (22,65%). É também o produto com o maior bônus em todos os estados. Já a borracha natural receberá bônus para a Bahia (4,5%), Goiás (12,5%) e São Paulo (4%). Com relação ao trigo, serão contemplados os agricultores familiares de Mato Grosso do Sul (24,75%), São Paulo (1,62%), Paraná (19,05%), Rio Grande do Sul (18,74%) e Santa Catarina (8,02%).

As informações foram publicadas nesta terça-feira (8), no Diário Oficial da União (DOU). Os preços de mercado e o bônus de desconto atendem ao estabelecido na Resolução nº 4.350, de 10 de julho de 2014, do Conselho Monetário Nacional.

FETRAF de Pernambuco define metas para fortalecer agricultura familiar em 2017. Patrícia Cost. Site da FETRAF, 09/11/2016

O planejamento ocorreu durante os dias 8 e 9 de novembro, com a presença de lideranças de agricultores familiares de todo o estado.

A FETRAF de Pernambuco definiu suas diretrizes e metas para o próximo ano, 2017, focando no movimento sindical mais fortalecido, com mais adesão de agricultores

familiares e uma jornada massiva e combatente as propostas de retrocessos. O planejamento ocorreu durante os dias 8 e 9 de novembro, com a presença de lideranças de agricultores familiares de todo o estado.

O evento aconteceu na cidade de Pombos, à 62km de Recife. As atividades envolveram a análise da conjuntura política e econômica do país, deliberação de ações de luta pela reforma agrária e pela água, avaliação das eleições que terminaram no final de outubro, mobilizações para o dia nacional de greve, dia 11 de novembro, entre outras.

Das deliberações que se destacaram está a criação de delegacias sindicais em todos os distritos, vilas, povoados e regiões, para que o agricultor familiar tenha suporte mais próximo a ele. Um dos objetivos é viabilizar com mais facilidade o acesso do agricultor familiar as atividades de formação, debates, informações e assim fortalecer a base.

“Nosso mote é sindicato pela raiz, pois acreditamos que dessa forma iremos atender melhor nosso agricultor familiar e mobilizar cada vez mais a categoria”, explica João Santos, coordenador da FETRAF-PE.

Outro ponto alto do debate, foi a decisão da FETRAF PE de lançar candidatura própria à deputado estadual nas eleições de 2018. “Deliberamos por não apoiar mais candidatos das grandes cidades porque perdemos muito com isso. Tivemos prejuízos políticos e acreditamos que lançando nosso próprio candidato teremos mais êxito com as lutas pela reforma agrária”, comenta João Santos.

Nas últimas eleições a federação conseguiu eleger 14 vereadores e 52 prefeitos aliados à base. “Nosso posicionamento será de enfrentamento ao governo federal que se mostra inimigo a causa da agricultura familiar e quanto ao governo estadual estaremos atentos, quando for necessário o embate não vamos recuar”, avaliou o coordenador.

Ainda, a FETRAF PE reforçou que para o dia 11, dia de greve nacional, o estado de Pernambuco irá parar, que toda a categoria de agricultores familiares está na luta e vai se unir aos outros movimentos para ampliar a defesa pelos direitos dos trabalhadores.

Programa Cisternas entrega 54 mil tecnologias de acesso à água para famílias do Semiárido. Site do MDSA, 14/11/2016.

Com os reservatórios, sertanejos passaram a ter acesso à água potável para beber, cozinhar e para a produção de alimentos e criação de animais

Brasília – Mais de 54 mil tecnologias sociais de acesso à água foram entregues para famílias do Semiárido entre janeiro e setembro de 2016. Com os reservatórios, os sertanejos passam a ter acesso à água de qualidade para beber, cozinhar e para a produção de alimentos e criação de animais.

No total, o Programa Cisternas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), já entregou 836 mil cisternas para consumo humano (1ª água) e quase 133 mil tecnologias (2ª água) para produção de alimentos.

Cada cisterna para consumo humano armazena 16 mil litros de água e atende a uma família de cinco pessoas num período de estiagem de até oito meses. O programa também apoia a construção de tecnologias sociais para ampliar as condições das famílias produzirem alimentos. A cisterna calçadão e a cisterna de enxurradas, com capacidade de armazenar 52 mil litros, estão entre as principais tecnologias implementadas.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha, explica que o Programa Cisternas possibilita a convivência das famílias com a seca. “Com a água das cisternas, elas conseguem sobreviver à estiagem e também produzir alimentos”. Segundo ele, o ministério já investiu R\$ 287,7 milhões no programa somente neste ano.

Escolas – O Programa Cisternas também tem colaborado para a redução da evasão escolar no Semiárido. Graças à construção de 3 mil cisternas nas escolas, estudantes podem permanecer em sala de aula durante o período de estiagem na região. A água armazenada em cisternas de 52 mil litros pode suprir as necessidades da escola – beber e cozinhar – durante o período de estiagem, a depender do número de alunos que frequentam a escola.

Parceria – O Programa Cisternas, do governo federal, é executado pelo MDSA em parceria com governos estaduais, municipais, consórcios públicos municipais e organizações da sociedade civil, como a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) e o Memorial Chico Mendes (MCM).

Mais um desafio para a agroindústria da agricultura familiar. Site da CONTAG, 24/11/2016.

Decisão do Tribunal de Contas da União prejudica vendas de produtos agroindustrializados ao PAA modalidade Compras com Doação Simultânea

A decisão foi tomada para o estado do Paraná, mas poderá ser aplicada em todo o Brasil: o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, no dia 22 de novembro, que os processos de industrialização ou beneficiamento de matérias primas da agricultura familiar, processados por empresas terceirizadas, e vendidos para o Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Compras com Doação (PAA/CDS) terão de passar por licitação. Essa decisão prejudica milhares de agricultores(as) familiares que vendem a venda de produtos processados ao PAA/CDS.

A decisão do TCU também determina que todos os insumos do produto industrializado terão de ser produzidos pelo(a) agricultor(a): Para vender panificados, por exemplo, ele(a) teria de produzir o trigo, fazer a farinha, o açúcar, a manteiga, etc., além de possuir os equipamentos para fazer o processamento ou licitar a empresa para produzi-los.

Desde o início de novembro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), suspendeu, em todo o Brasil, a compra de produtos agroindustrializados vendidos para o PAA/CDS, na espera da decisão final do TCU, pois em outubro, o órgão havia divulgado parecer de Auditoria Operacional do PAA/CDS, realizada entre 2012 e 2015 em 7 estados do país, com este entendimento.

A auditoria realizada pelo TCU, em seu parecer preliminar, fez uma interpretação da legislação sobre diversas questões relacionadas ao processo de produção e comercialização que diverge do entendimento da Conab, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

O TCU avaliou que a terceirização do processamento da matéria prima prejudica a destinação dos recursos para os(as) agricultores(as) familiares, pois seriam indiretamente direcionados para as empresas prestadoras de serviço. O MDS e a Conab apresentaram suas respostas ao parecer preliminar do TCU explicando os questionamentos e apontando as discordâncias na compreensão do tribunal acerca da realidade da agricultura familiar no

Brasil. Mas a decisão do tribunal não levou em consideração as condições reais de industrialização dos(as) agricultores(as) familiares.

“Muitas cooperativas não têm condições financeiras de adquirir a estrutura necessária para o processamento ou beneficiamento da matéria prima, ou não é vantajoso economicamente manter uma agroindústria. Em muitos casos, a terceirização dos serviços é mais viável e possibilita um ganho maior para o(a) agricultor(a) familiar”, afirma o secretário de Política Agrícola da CONTAG, David Wylkerson.

Para dar maior clareza à legislação e evitar interpretações, foi elaborada uma proposta de emenda ao decreto 7.775/2012, que está em processo de avaliação por todos os ministérios, integrantes do Grupo Gestor do PAA. A emenda visa esclarecer o processo da aquisição de produtos da agricultura familiar tanto na forma in natura, processados, beneficiados ou industrializados; a terceirização do processamento, beneficiamento ou industrialização dos produtos a ser fornecidos.

O MSTTR continuará trabalhando no sentido de fortalecer a agricultura familiar e garantir a inclusão produtiva e um dos aspectos essenciais é a agregação de valor aos produtos primários.

Aporte de recursos fortalece PGPM-Bio. Site da CONAB, 25/11/2016.

Visando o fortalecimento e ampliação da Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu esta semana aporte de R\$ 237.284,50 da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

O período de execução do projeto se estende até maio de 2017, com a realização de encontros com representantes de organizações da sociedade civil ligadas ao setor e da Conab (Suregs e Matriz), objetivando a avaliação, planejamento, capacitação e divulgação da PGPM-Bio de modo a ampliar de forma significativa a implementação desta política nos principais locais de produção e comercialização dos produtos extrativos.

Desde o lançamento do Programa, em 2009, foram realizados mais de 62 mil acessos, com aproximadamente R\$ 30 milhões aplicados a mais de 31 mil toneladas de produtos extrativos subvencionados, tais como açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha, cacau, castanha, juçara, macaúba, mangaba, pequi, piaçava, pinhão e umbu. Atualmente, mais de 100 municípios em 12 estados operam a PGPM-Bio.

A PGPM-Bio garante preço mínimo aos extrativistas, por meio de subvenção direta, quando comprovam a venda da produção por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. A política assegura renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e econômica, utilizando conhecimentos transmitidos pela tradição com consequente fomento à proteção do meio ambiente.

Agenda de reuniões - Já na próxima semana, a Conab promove, por meio de suas Superintendências Regionais, uma série de reuniões de gestão, orientação e divulgação do PGPM-Bio no Acre, Bahia, Paraíba e Goiás. Os encontros terão caráter técnico, com foco nos produtos da sociobiodiversidade como borracha, umbu, mangaba, baru e pequi.

Pronaf completa 20 anos com baixa inadimplência. Suzana Liskauskas. Valor Econômico, 28/11/2016.

Roseno: estimulamos as linhas de custeio para agricultores que trabalham com produtos da cesta básica O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) acaba de completar 20 anos, com mais de 27 milhões de contratos, R\$ 170 bilhões de crédito concedido e inadimplência abaixo de 1%. Porém, José Ricardo Ramos Roseno, secretário especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, afirma que, em duas décadas, o Pronaf não atingiu 50% dos agricultores familiares do Brasil.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, o último realizado no país, o Brasil apresenta pouco mais de 5 milhões de propriedades rurais, sendo cerca de 4,5 milhões deste total referentes à agricultura familiar. Neste ano agrícola (1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017), o total de recursos disponíveis nas linhas do Pronaf é de R\$ 30 bilhões, aproximadamente 20% maior ao montante do ano anterior, quando a soma chegou a R\$ 26 bilhões, com aplicação de R\$ 22,1 bilhões. O Censo Agropecuário de

2006 mostrou que a agricultura familiar responde por 50% da produção dos itens que compõem a cesta básica consumida pelos brasileiros.

"Com base nesse cenário, neste ano agrícola, estimulamos ainda mais as linhas de custeio (capital empregado para uso na produção da safra) para os agricultores familiares que trabalham com produtos da cesta básica, baixando a taxa de juros de 5,5% para 2,5%, ao ano. E já tivemos resultados, houve um incremento de 10% na aquisição de crédito para custeio nos quatro primeiros meses do ano agrícola em relação ao mesmo período do ano anterior", diz Roseno.

De acordo com o secretário, o objetivo é estimular o agricultor familiar a aumentar a produção dos produtos que compõem a cesta básica, investindo na qualidade. Roseno explica que, para os produtores agrícolas familiares que lidam com orgânicos, os juros do Pronaf, neste ano agrícola, baixaram de 5,5% para 2,5% ao ano.

"O objetivo dessa redução é impactar a inflação dos produtos da cesta básica. A agricultura familiar tem um papel primordial nos produtos mais consumidos diariamente. Os agricultores familiares são responsáveis pela produção de 87% da mandioca; 70% do feijão; 58% do leite; 59% dos suínos; 46% do milho e 38% do café, consumidos no Brasil", diz Roseno.

Na visão do secretário, os principais entraves para difundir o acesso ao crédito do Pronaf estão relacionados aos entraves que o produtor agrícola encontra para conseguir regularizar sua situação fundiária; às dificuldades de infraestrutura num país com dimensões continentais; e, sobretudo, à falta de assistência técnica adequada aos agricultores familiares.

Estudos feitos pela Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil (BB) apontam que, nas últimas três safras, os volumes desembolsados na instituição para a agricultura familiar somaram R\$ 43,8 bilhões. Com relação à safra 2016/17, a estimativa no BB é desembolsar R\$ 14,6 bilhões em operações para a agricultura familiar, isso representa um volume 8,2% superior ao realizado na safra anterior.

Ainda, segundo os dados da Diretoria de Agronegócios do BB, as principais demandas dos agricultores familiares em relação ao Pronaf são para custeio agrícola e pecuário e investimento para aquisição de animais, implementos, máquinas e equipamentos. Mas os dados mostram que há uma mudança nas demandas por créditos para investimento na

modernização da produção, por meio da aquisição de itens como máquinas, implementos e de novos equipamentos para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de estufas e pomares, armazenagem e cultivo protegido.

O BNDES teve, no ano agrícola passado, R\$ 595 milhões em recursos autorizados para Pronaf, de custeio, sendo que a demanda chegou a R\$ 504 milhões. Carlos Alberto Vianna Costa, chefe do Departamento de Relacionamento Institucional e Gestão do Crédito Rural, diz que a tendência para este ano agrícola é utilizar a totalidade dos recursos disponíveis. "Este ano, temos um total de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 825 milhões para custeio. No geral, temos tido um desempenho muito bom em termos de Pronaf, com destaque para as regiões Sul e Sudeste", diz Costa.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa